

CONJUNTURA



08
2024



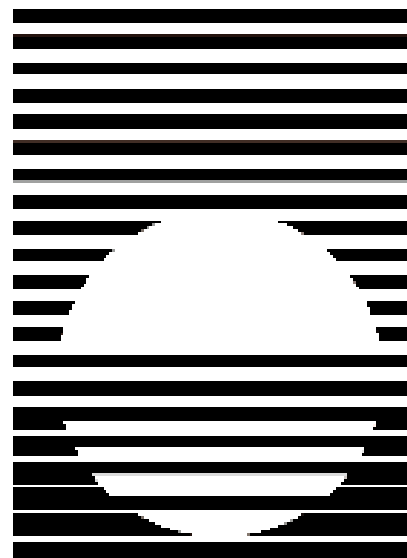
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Matheus Petrelli, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela reconhece vitória de Maduro em meio à repressão de protestos

Brasil segue cobrando divulgação das atas eleitorais na Venezuela

Página 05

OEA aprova resolução sobre situação eleitoral na Venezuela

Argentina, Equador e Uruguai reconhecem a vitória de González nas eleições venezuelanas

Página 06

Lula visita o Chile em meio à crise venezuelana

Arce propõe levar a referendo questões ligadas a crises econômicas, políticas e sociais na Bolívia

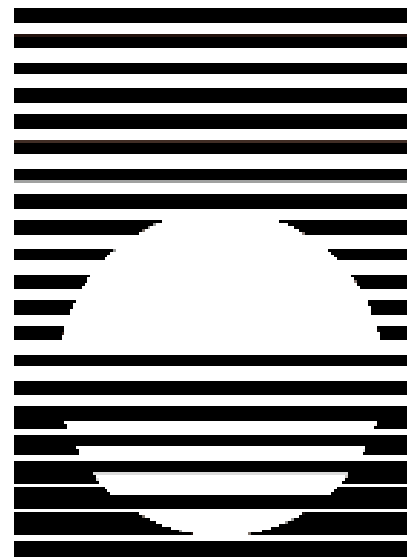
Página 07

Governo colombiano inicia negociação com grupo paramilitar em meio à crise da “Paz Total”

ONU e CIDH criticam leis no Peru e alegam descumprimento do Direito Internacional

Página 08

Forças armadas dos Estados Unidos realizam exercícios em conjunto com Suriname e Guiana



Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela reconhece vitória de Maduro em meio à repressão de protestos

Brasil segue cobrando divulgação das atas eleitorais na Venezuela

No dia 28 de julho, foram realizadas eleições presidenciais na Venezuela, e o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) declarou Nicolás Maduro vencedor. O processo eleitoral, no entanto, foi marcado por denúncias de fraude. A oposição, liderada por Maria Corina Machado, não reconheceu esse resultado. A partir de informações coletadas nos locais de votação, a oposição declarou que o candidato Edmundo González venceu a disputa com 67% dos votos. Críticas internacionais também foram feitas, e diversos países continuaram, em agosto, a não reconhecer o resultado do pleito. Brasil e Colômbia, inclusive, propuseram que sejam organizadas novas eleições, ideia que foi rechaçada por governo e oposição venezuelanos. Diante do questionamento da legitimidade do pleito, Maduro solicitou uma auditoria do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Venezuela para apurar as denúncias de fraude. Os candidatos foram convocados a comparecer ao prédio do STJ no dia 2 de agosto. Em 5 de agosto, González divulgou uma carta em que se declarava vitorioso, posição que foi reconhecida pelo governo dos EUA. Dois dias após a divulgação da carta, o STJ fez uma segunda convocação ao candidato, que não atendeu ao chamado, afirmando que sua liberdade estaria em risco se comparecesse. Os dias após a votação também foram marcados por protestos nas ruas das principais cidades da Venezuela, e a movimentação popular foi duramente reprimida pelas Forças Armadas. No dia 2 de agosto, Maduro afirmou que mais de 1.200 pessoas foram presas, acusando-as de terem sido treinadas no exterior para desestabilizar o país. Em 12 de agosto, o procurador-geral da Venezuela, Tarek William Saab, anunciou que pelo menos 25 pessoas morreram e 192 ficaram feridas nos protestos. Um dia depois, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, disse estar preocupado com detenções arbitrárias e uso desproporcional da força no país. Segundo comunicado do Tribunal Penal Internacional, o órgão está monitorando a situação na Venezuela. Por fim, em 22 de agosto, o STJ confirmou a vitória de Maduro, declarando que a votação do dia 28 de julho cumpriu todos os requisitos técnicos e jurídicos.

Ao longo do mês de agosto, o governo brasileiro continuou emitindo sinais de insatisfação com o processo de verificação de votos da eleição presidencial na Venezuela, realizada em 28 de julho. No dia 1º, Brasil, Colômbia e México divulgaram uma nota conjunta em que solicitavam, às autoridades eleitorais venezuelanas, que divulgassem publicamente os dados desagregados por mesa de votação. Após o chefe do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) declarar, no dia 5, que havia entregado as atas ao Tribunal Supremo de Justiça do país para que as certificasse, os três países emitiram um novo comunicado conjunto, no dia 8, no qual afirmaram que o CNE é o órgão a que corresponde, por mandato legal, a divulgação transparente dos resultados eleitorais. No dia 13, o México anunciou que suspenderia novas ações com Brasil e Colômbia até o Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela emitir um parecer sobre as atas. Por sua vez, Brasil e Colômbia continuaram coordenando posições sobre o assunto, no dia 14, por meio de uma reunião presencial entre seus chanceleres e um telefonema entre os presidentes Lula e Petro. No dia 15, Petro divulgou, em rede social, cinco propostas da Colômbia para distensionar o ambiente político na Venezuela, ao passo que Lula sugeriu, em entrevista à imprensa, que Maduro montasse um governo de coalizão ou fizesse novas eleições (sendo estas duas das cinco sugestões feitas pelo presidente colombiano, que também incluíram o fim de todas as sanções contra a Venezuela, a anistia geral e a criação de garantias para a ação política). Em reação, no dia 16, Maduro afirmou, em discurso, que a Venezuela é um país independente, que nunca diria o que o governo da Colômbia deve fazer e que apoiou o resultado da eleição brasileira de 2022 após este ter sido cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral, mesmo diante de acusações de fraude pela oposição. No mesmo dia, Lula classificou o regime venezuelano, em entrevista à imprensa, como tendo um viés autoritário e reiterou que aguardaria a divulgação das atas para reconhecer o resultado da eleição. Ainda no dia 16, o Brasil apoiou a aprovação de uma resolução na OEA que instou o órgão eleitoral venezuelano a publicar os resultados da votação no âmbito de cada seção. No dia 22, o Tribunal Superior de Justiça venezuelano certificou os resultados da eleição e determinou que nenhuma parte poderia apelar da decisão. Dois dias depois, Brasil e Colômbia publicaram um comunicado conjunto em

Fontes: [El País](#), 01/08/2024; [UOL](#), 01/08/2024; [G1](#), 01/08/2024; [Nexo Jornal](#), 02/08/2024; [Nexo Jornal](#), 06/08/2024; [Carta Capital](#), 07/08/2024; [UOL](#), 12/08/2024; [O Globo](#), 13/08/2024; [Efecto Cocuyo](#), 22/08/2024; [Poder 360](#), 25/08/2024.

que reiteraram que “a credibilidade do processo eleitoral somente poderá ser restabelecida mediante a publicação transparente dos dados desagregados por seção eleitoral e verificáveis”. Paralelamente, um efeito colateral da tensão entre Brasil e Venezuela foi a deterioração da relação entre Brasil e Nicarágua ao longo de agosto. No dia 7, o presidente Daniel Ortega, aliado de Maduro, expulsou a embaixadora brasileira do país, após ela ter se ausentado das celebrações do aniversário de 45 anos da Revolução Sandinista, sob orientação do Itamaraty, crítico à perseguição contra padres católicos feita pelo governo Ortega. No dia seguinte, Lula expulsou a embaixadora nicaraguense do Brasil. Por fim, no dia 26, em uma cúpula da ALBA, Ortega criticou a ideia de se fazer uma nova eleição na Venezuela e acusou Lula de querer converter o Brasil “no representante dos ianques na América Latina”.

Fontes: [Brasil](#), 01/08; [G1](#), 05/08; [Brasil](#), 08/08; [Folha de S. Paulo](#), 13/08; [UOL](#), 14/08; [Folha de S. Paulo](#), 15/08; [UOL](#), 16/08; [O Globo](#), 16/08; [Carta Capital](#), 16/08; [Valor](#), 22/08; [Brasil](#), 24/08; [Folha de S. Paulo](#), 26/08.

OEA aprova resolução sobre situação eleitoral na Venezuela

No dia 2 de agosto, a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) emitiu uma nota solicitando a publicação das atas de votação das eleições venezuelanas realizadas no dia 28 de julho. No texto, a organização saudou os atos de Brasil, Colômbia, México e Estados Unidos, que também pediram a apresentação dos referidos documentos, e sugeriu a criação de uma “comissão de especialistas do sistema multilateral” para verificação do processo eleitoral. No dia 15 de agosto, o Conselho Permanente da OEA convocou uma reunião extraordinária, a pedido dos Estados Unidos, para discutir o caso e votar uma proposta de resolução sobre o tema. Reconhecendo a “participação substancial e pacífica” do eleitorado e reivindicando o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, o documento solicitou diretamente ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venezuelano a publicação das atas com os resultados eleitorais, prestando o devido respeito à soberania popular e à “verificação imparcial dos resultados”. A pedido da delegação argentina, a OEA incluiu um trecho instando o governo venezuelano a respeitar as convenções internacionais e as garantias das embaixadas e dos asilados políticos, como uma resposta a decisão de Nicolás Maduro de expulsar diplomatas do país. Cabe ressaltar que a Venezuela não

faz parte da OEA desde 2017. Após reuniões e debates, a Resolução CP/RES 1261 (2508/24) foi apoiada pela maioria das delegações presentes, mas contou com ressalvas do Panamá, do Equador, Trinidad e Tobago e Barbados, além da não-participação de Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. No dia 23, a organização emitiu um novo comunicado rechaçando a decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela, que reconheceu os resultados e a vitória de Maduro. Segundo a nota, tanto o TSJ quanto o CNE “carecem de imparcialidade e independência”, e a única solução possível, na visão da organização, seria a justiça internacional da Tribunal Penal Internacional. No dia 28, uma nova reunião extraordinária foi convocada a pedido das missões de Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Na reunião, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) denunciou a “repressão violenta” na Venezuela e as violações de direitos humanos. As delegações de Brasil, Colômbia e México não se manifestaram.

Fontes: [OEA](#), 2/8/2024; [Carta Capital](#), 16/8/2024; [O Dia](#), 16/8/2024; [OEA](#), 23/8/2024; [Isto é](#), 28/8/2024

Argentina, Equador e Uruguai reconhecem a vitória de González nas eleições venezuelanas

No mês de agosto, os resultados das eleições na Venezuela continuaram sendo destaque e repercutindo na América do Sul. No dia 2 de agosto, o Uruguai emitiu um comunicado oficial declarando a vitória das eleições ao candidato de oposição, Edmundo González, e criticou a declaração precipitada da Comisión Nacional Electoral (CNE) que proclamou a vitória de Nicolás Maduro. Segundo as autoridades uruguaias, após cinco dias das eleições, não haviam sido apresentadas provas com os resultados finais para a verificação da contagem de votos. Além disso, as autoridades uruguaias mencionaram que a oposição da Venezuela recebeu mais de 80% dos registros de votação, tendo as atas apontado a vitória de González. Em sua conta no X (ex Twitter), Lacalle Pou reconheceu que os resultados das eleições são fraudulentos e afirmou que o Regime do Maduro é “uma ditadura que fecha as portas da vida institucional e democrática de seu povo”. Ainda no dia 2 de agosto, o governo equatoriano emitiu um comunicado nas redes sociais acusando fraude no pleito venezuelano e na contagem de votos e reconhecendo Edmundo González como vitorioso nas eleições, ocorridas

em julho. O comunicado oficial foi difundido pelas embaixadas do país, convidando a comunidade internacional a somar esforços para assegurar o reconhecimento de González. No dia 7 de agosto, a Argentina seguiu as decisões de Uruguai e Equador e reconheceu oficialmente González como o vencedor das eleições venezuelanas. Em comunicado, o Ministério das Relações Exteriores afirma que “a vontade popular deve ser respeitada” e que Caracas deve “respeitar as obrigações que emanam da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas”, em referência ao fato de que o prédio da Embaixada argentina na Venezuela estava há semanas sem energia elétrica. No dia 16 de agosto, Argentina, Equador e Uruguai assinaram a Declaração Conjunta sobre a situação da Venezuela com outros 18 países e a União Europeia. Nesta declaração, os países pedem a “imediata publicação de todas as atas originais e a verificação imparcial e independente dos resultados”, bem como o retorno da Venezuela ao escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Fontes: [Grupo Multimedio](#), 02/08/2024; [El Comercio](#), 02/02/2024; [El Observador](#), 16/08/2024; [Grupo Multimedio](#), 23/08/2024; [Infobae](#), 07/08/2024.

Lula visita o Chile em meio à crise venezuelana

Entre os dias 4 e 6 de agosto, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Santiago, no Chile, em visita oficial, que visou reforçar as relações bilaterais entre os países e fortalecer a integração sul-americana. O agravamento da crise gerada pelo resultado das eleições venezuelanas gerou expectativas em lideranças políticas chilenas de que a agenda conjunta dos presidentes Gabriel Boric e Lula buscaria endereçá-la. No Chile, a crise foi intensificada quando, no dia 29 de julho, a Venezuela expulsou o corpo diplomático chileno de seu território como resposta à posição do presidente Boric frente ao resultado eleitoral confirmado pelo Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela. Na ocasião, Boric afirmou que a vitória de Maduro nas urnas era “difícil de acreditar”, acusou Maduro de fraude e exigiu transparência nas atas eleitorais, pontuando que o Chile não reconheceria

nenhum resultado que não fosse verificável. Com isso, o Chile não reconheceu a vitória de Maduro e nem de seu principal opositor, Edmundo González. No dia 4 de agosto, parlamentares da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados do Chile pressionaram Boric para que abordasse a crise venezuelana em sua agenda com Lula, levando em consideração que o Brasil é um país estratégico para buscar soluções para a crise. O encontro entre os mandatários, que aconteceu no dia 5 de agosto, não atendeu às expectativas dos parlamentares: a declaração conjunta assinada pelos presidentes não mencionou a Venezuela e, na coletiva de imprensa, apenas Lula fez menção à crise, quando reafirmou a importância da transparência no resultado eleitoral. A visita de Lula ao Chile, no entanto, estreitou os laços dos países em diferentes temas. Em 5 de agosto, Boric confirmou a participação do Chile na Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, iniciativa do Brasil no âmbito do G20. Além disso, como resultado da visita, 19 acordos que abarcam comércio e investimento, turismo, defesa, agropecuária, direitos humanos e ciência e tecnologia foram assinados. Lula e Boric também participaram do encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Chile, que teve como resultado o anúncio de cerca de R\$100 bilhões em investimentos entre empresários dos dois países, de acordo com a ApexBrasil.

Fontes: [CNN Brasil](#), 04/08/2024; [La Tercera](#), 04/08/2024; [Governo do Brasil](#), 05/08/2024; [La Tercera](#), 05/08/2024; [AgênciaGov](#), 05/08/2025; [La Tercera](#), 05/08/2024; [La Tercera](#), 05/08/2024.

Arce propõe levar a referendo questões ligadas a crises econômicas, políticas e sociais na Bolívia

No início de agosto, Luis Arce, presidente da Bolívia, anunciou que realizará, em dezembro de 2024, um referendo sobre três temas que estão em debate público no país: os subsídios para combustíveis, a limitação de reeleição presidencial e a distribuição por região dos deputados da Assembleia Legislativa Plurinacional. Os três temas estão ligados a crises recentes pelas quais o país passa. Com relação aos combustíveis, a Bolívia tem atravessado uma crise energética em função da diminuição da produção nacional de

hidrocarbonetos, do aumento da importação do recurso e, consequentemente, da elevação de preços de diesel e gasolina. O aumento da importação do recurso também tem agravado a crise de divisas que o país vem sofrendo há alguns meses. Em função do aumento dos preços dos combustíveis, tem havido uma série de protestos no país, inclusive por parte de setores transportistas. Com relação à reeleição, Arce quer levar para consulta pública a sentença já aprovada, em dezembro de 2023, pelo Tribunal Constitucional Plurinacional, que diz que nenhum boliviano poderá se eleger para um cargo mais de duas vezes. Esta decisão, que mudaria a constituição boliviana, impediria o ex-presidente Evo Morales, com quem Luis Arce está politicamente rompido, de concorrer às eleições presidenciais de 2025. Por fim, com relação ao número de deputados, Arce quer levar a referendo a questão de como distribuir os 130 deputados da Assembleia Plurinacional entre os nove departamentos para que nenhum deles seja subrepresentado. A questão se apresenta em um momento delicado, pois em agosto foi finalizado o censo demográfico do país, que tem sido objeto de diversas polêmicas. Seus resultados serão divulgados em setembro. De acordo com o presidente, o referendo será realizado na primeira quinzena de dezembro, junto das eleições judiciais do país.

Fontes: [El País](#), 02/08; [El País](#), 06/08; [G1](#), 30/08; [La Razón](#), 31/08; [La Razón](#), 31/08.

Governo colombiano inicia negociação com grupo paramilitar em meio à crise da “Paz Total”

No dia 5 de agosto, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, autorizou o início das negociações para a paz com o Clã do Golfo. Considerado o maior grupo paramilitar do país, a organização possui cerca de 6 mil membros e está presente em 17 dos 32 departamentos da Colômbia. Além disso, possui frentes atuantes no tráfico de drogas, mineração ilegal e controla parte da Selva de Darién, rota de migração para o Panamá. O Clã do Golfo foi formado, inicialmente, por ex-combatentes do extinto grupo Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que participou de uma negociação de paz com o governo em 2006. Pouco tempo após a entrega das armas, muitos dos membros acabaram voltando à ativa e formaram novas organizações. Além de fazer frente ao Estado colombiano, também enfrenta outras organizações como o Exército de

Libertação Nacional (ELN) e o Estado Maior Central (EMC). Este último, por sua vez, foi acusado, no dia 9 de agosto, pelo sequestro de 66 soldados colombianos. Após 72 horas e a presença de membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) no processo de negociação, os militares foram liberados. O sequestro ocorreu em violação a um período de cessar-fogo do EMC com o governo, vigente até 15 de outubro. Após o ocorrido, o ministro da defesa, Iván Velásquez, afirmou que seria obrigado a “reconsiderar o cessar-fogo”. Em resposta, o grupo garantiu que o sequestro foi feito por organizações sociais que não estariam no processo de negociação. A Guarda Camponesa da região, responsável pelo sequestro, alegou que praticou esse ato como mecanismo de defesa de seus direitos que, segundo eles, estariam sendo violados tanto pelo governo, quanto pelos grupos paramilitares. Em meio a essas instabilidades, o cessar-fogo em vigor entre o governo e o ELN expirou no dia 10 de agosto. Nessa mesma data, o Estado colombiano enviou uma proposta confidencial ao grupo visando uma retomada nas negociações, que estavam estagnadas desde abril. Em resposta, o ELN publicou uma nota na qual afirmou que o processo de paz passa por uma “grave crise”, “não exige propostas confidenciais” e cobrou a retirada da organização da lista de grupos armados organizados. No dia seguinte, Petro explicou, via rede social X, que se tratava de uma reforma econômica com a interação entre empresários e movimentos sociais do país. Após a rejeição da proposta, o diálogo entre o grupo e o governo se manteve congelado e, com o fim do cessar-fogo, as negociações não mostraram sinais de avanço.

Fonte: [El País](#), 05/08/2024; [El Colombiano](#), 06/08/2024; [El Colombiano](#), 12/08/2024; [El Tiempo](#), 12/08/2024; [El Colombiano](#), 14/08/2024; [Infobae](#), 15/08/2024; [El Tiempo](#), 22/08/2024; [Infobae](#), 22/08/2024; [El Colombiano](#), 26/08/2024.

ONU e CIDH criticam leis no Peru e alegam descumprimento do Direito Internacional

No dia 7 de agosto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) respondeu uma carta enviada por Dina Boluarte e o Congresso peruano no início de julho, que tratava sobre suposta ingerência da corte nas leis nacionais. Na resposta, a Corte citou os casos Barrios Altos e La Cantuta (que se referem a massacres ocorridos no Peru em 1993 e

2002, respectivamente) e questionou os rumos que tomariam seus julgamentos após a aprovação da Lei da Impunidade perante a Comissão Permanente (comissão que age em caso de o Congresso estar em recesso), em julho. O comunicado da Corte foi emitido em meio a críticas de Boluarte de que há “intromissão” do organismo em leis nacionais. Em favor das vítimas dos dois crimes cometidos, a CIDH concedeu medidas provisórias a fim de garantir que não haja impunidade para os envolvidos. Na ocasião, o organismo internacional lembrou a participação do Peru na Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e apontou a obrigação do país em cumprir as medidas provisórias emitidas. Apesar da pressão da CIDH, no dia 9 de agosto, foram promulgadas duas leis no Peru. A Lei 3.07, chamada “Lei da impunidade”, busca acabar com crimes contra humanidade e crimes de guerra ocorridos até 2002. Por sua vez, a Lei 32.108 flexibiliza crimes como exploração madeireira ilegal, fraude agravada, venda de órgãos, enriquecimento ilícito e tráfico de migrantes, eliminando-os da classificação de crimes graves. Além de dificultarem procedimentos de investigação realizados pelo Ministério Público, a promulgação das leis repercutiu internacionalmente. A CIDH, por meio de um comunicado direto ao Congresso Nacional do Peru, solicitou a suspensão da Lei da Impunidade até que fosse melhor avaliada a sua promulgação. A vigência da lei, segundo a CIDH, passaria a violar o Direito Internacional. De acordo com Volker Türk, Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, a lei marca um “grave retrocesso” no quesito de crimes de lesa-humanidade e de guerra, que não deveriam ser objeto de anistia ou prescrição. Em contraste, o Ministro do Trabalho, Daniel Maurate, afirmou, em 13 de agosto, que o governo de Dina Boluarte não desrespeitou nenhum requerimento da CIDH, alegando que o governo peruano é “respeitoso das regras democráticas” e da soberania nacional. Maurate ressaltou que organismos internacionais não devem interferir nas decisões legislativas ou judiciais nacionais.

Fontes: [Infobae](#), 07/08/2024; [La Republica](#), 09/08/2024; [La Republica](#), 13/08/2024.

Forças armadas dos Estados Unidos realizam exercícios em conjunto com Suriname e Guiana

Entre os dias 19 e 26 de agosto, o Suriname sediou a quarta edição da Operação Gran Mati, uma

colaboração entre o Ministério da Defesa do país e a Guarda Nacional de Dakota do Sul, estado do centro-oeste dos Estados Unidos. A operação, segundo a embaixada dos Estados Unidos no Suriname, representa uma operação militar com finalidades médicas, buscando proporcionar atendimento de saúde à população do Suriname pelas forças armadas de ambos os países. No dia 26 de agosto, o ministro da Defesa, Krishnakoemarie Mathoera, e o embaixador americano, Robert Faucher, visitaram as estruturas montadas para operação e, na ocasião, Faucher declarou que “espera que os programas possam alcançar ainda mais o interior no Suriname e também fortalecer o relacionamento entre os países, assim como o compromisso com o povo do Suriname”. Além disso, a Guarda Nacional doou US\$90 mil em equipamentos e suprimentos médicos, que serão direcionados para o Ministério da Saúde do Suriname. Por sua vez, entre os dias 29 de julho e 26 de agosto, o Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM) e a Força de Defesa da Guiana (GDF) também realizaram exercícios e treinamentos conjuntos, visando o fortalecimento da cooperação militar entre os países. As atividades foram direcionadas para operações na floresta e, segundo a embaixada dos Estados Unidos na Guiana, a dinâmica representa o compromisso comum com o combate ao crime transnacional, a segurança marítima, a ajuda humanitária e os direitos humanos.

Fontes: [U.S. Embassy in Suriname](#), 13/08/2024; [Suriname \(gov\)](#), 27/08/2024; [Dagblad Suriname](#), 30/08/2024; [Guyana Chronicle](#), 30/08/2024.

